

A Reforma Tributária e o Setor Público

Impactos Fiscais, Transição Federativa e Desafios de Gestão nos Municípios e na
Regulação

Profª. Lucelia da Costa Nogueira Tashima

Contadora | Mestre em Desenvolvimento Local | Conselheira do CRC-MS

Servidora e Coordenadora da CRES / AGEMS



Perfil Acadêmico e Profissional

Graduada em Ciências Contábeis (2001) e Análise e Desenvolvimento de Sistemas (2024), com Mestrado em Desenvolvimento Local (2016) pela UCDB.

Coordenadora da Câmara de Regulação Econômico-Financeira em Saneamento da AGEMS, com expertise para analisar a viabilidade e o impacto financeiro dos critérios de sustentabilidade dos entes regulados pela AGEMS.

Conselheira Efetiva CRC-MS

Consultora Financeira

Representante no CMT/Campo Grande

Coordenadora CRES-AGEMS

Este infográfico detalha a abrangência da atuação regulatória em Mato Grosso do Sul, destacando os setores sob fiscalização e os pilares éticos e econômicos que garantem o equilíbrio entre prestadores de serviço e usuários.

Serviços Regulados em Mato Grosso do Sul



Energia, Gás e Mineração

Abrange a regulação de gás canalizado, energia elétrica e atividades de mineração estadual.



Saneamento e Resíduos

Gestão regulatória de saneamento básico e o manejo de resíduos sólidos urbanos.



Infraestrutura e Logística

Fiscalização de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos em todo o território estadual.

Pilares da Proteção Regulatória



Eficiência Econômica e Modicidade Tarifária

Busca o menor custo possível com tarifas justas que reflitam investimentos prudentes.



Equidade Intergeracional e Estabilidade

Garante regras claras e distribuição justa de custos entre diferentes gerações de consumidores.



Garantia de Investimento

Assegura retornos adequados aos investidores para viabilizar a continuidade e expansão dos serviços.

Cronograma da Reforma Tributária: Guia para o Setor de Saneamento





Princípio do Destino

A arrecadação do imposto pertence ao local de consumo do bem ou serviço, e não mais de produção, redistribuindo receitas e favorecendo municípios consumidores.



Não-Cumulatividade Plena

Garantia de crédito financeiro imediato sobre todos os insumos adquiridos no processo produtivo, eliminando impostos "em cascata" e desonerando investimento público.



Split Payment

Retenção e recolhimento automatizados do IBS/CBS diretamente na operação de pagamento bancário, reduzindo drasticamente a inadimplência e sonegação fiscal.

⇄ Comparativo dos Tributos



O DESENHO

OS CANAIS

A PESQUISA

OS RESULTADOS

Há outros arranjos tributários hoje — mesma estrutura, regime distinto.

ARRANJO

Concessão padrão

ISS 5% + PIS/COFINS 9,25%

Carga 14,25%

Tarifa-base: R\$ 6,8533

ARRANJO

Rodovias

ISS 5% + PIS/COFINS cumul.
3,65%

Carga atual 8,65%

Tarifa-base: R\$ 6,7191

ARRANJO

Saneamento

PIS/COFINS 9,25%; sem ISS

Carga atual 9,25%

Tarifa-base: R\$ 6,4757

ARRANJO

Transporte urbano

ISS 5%; sem PIS/COFINS hoje

Carga 5%

Tarifa-base: R\$ 6,4608

⇄ Comparativo dos Tributos



O DESENHO

OS CANAIS

A PESQUISA

OS RESULTADOS

Alíquota

Crédito OPEX

Desp. financeira

CAPEX

Capital de giro

Adaptação

Preços

Canal 1 — carga atual × futura, por setor

Encerrando a alíquota: o que cada arranjo paga hoje (por dentro) e para onde vai sob a reforma.

HOJE — por dentro

FUTURO — por fora

Concessão padrão

14,25%

ISS 5% + PIS/Cofins 9,25%



≈ 26,5%

cheia

Rodovias

8,65%

ISS 5% + PIS/Cofins cumul.
3,65%



≈ 26,5%

cheia

Saneamento

9,25%

PIS/Cofins, sem ISS



≈ 26,5%

cheia

Transporte urbano

5%

ISS, sem PIS/Cofins



ISENTO

isenta

Futuro = alíquota de referência (~26,5%) por fora, com crédito amplo — não se compara de frente com a carga por dentro de hoje.

⇌ Comparativo dos Tributos

O DESENHO

OS CANAIS

A PESQUISA

OS RESULTADOS

Os sete canais — vamos por eles, um a um.

1

Alíquota sobre a
receita



débito sobre a receita

2

Crédito sobre o
OPEX



crédito recorrente

3

Crédito sobre a
despesa
financeira



crédito sobre o spread

4

Crédito sobre o
CAPEX



estoque
pré-2027



CAPEX
futuro

5

Capital de giro
(NIG)



custo de tempo

6

Custo de
adaptação



custo

7

Preços relativos



ambíguo

Impactos nos Municípios



Extinção do ISS e transição garantida: Fim do tributo municipal direto, com substituição pela cota-parte do IBS. Período de transição garante trava de receitas (Seguro Receita) por até 50 anos.



Partilha do IBS Estadual/Municipal: 25% da arrecadação do IBS pertence aos municípios, sendo distribuído conforme população, educação e critérios de conservação ambiental.



Fortalecimento do IPTU e ITBI: Necessidade de revisão e atualização da Planta Genérica de Valores (PGV) e modernização das contribuições municipais (COSIP/CIP).



Integração de Cadastros Fiscais: Exigência de modernização tecnológica das Secretarias de Finanças para atuar em consonância com o Comitê Gestor do IBS.

O Comitê Gestor do IBS

54

Membros Paritários no Conselho
Superior (27 Estados + 27
Municípios)

Governança Compartilhada Federativa

O Comitê Gestor do IBS (CGIBS) é uma entidade pública sob regime especial criada para arrecadar, fiscalizar e distribuir o IBS entre Estados e Municípios.

Desafios Principais: Perda da autonomia arrecadatória individual do ISS em troca de coordenação nacional e representatividade decisória colegiada no Comitê Gestor.

Cronograma de Transição

2026



Fase Piloto

Início da cobrança de testes com alíquota de 0,9% (CBS) e 0,1% (IBS), compensáveis no PIS/Cofins.

2027



Implementação CBS

Vigência integral da CBS e Imposto Seletivo. Extinção definitiva do PIS/Cofins e redução do IPI.

2029 - 2032



Transição IBS

Redução gradual das alíquotas do ICMS e ISS a 10% por ano, com elevação proporcional do IBS.

2033



Vigência Plena

Extinção total do ICMS e ISS. Início do novo sistema tributário em sua totalidade nacional.

Regulação e Saneamento

Impacto na Regulação Econômica (AGEMS/CRES): A alteração na carga tributária dos serviços públicos delegados (água, esgoto, resíduos e energia) exigirá reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

Cashback em Serviços Essenciais: Previsão de devolução parcial ou total de CBS e IBS para famílias de baixa renda em contas de água, esgoto e eletricidade, promovendo justiça fiscal.



Adequação dos Sistemas Contábeis: A contabilidade pública municipal e estadual deverá adequar o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) para a nova escrituração compartilhada.

Programa de Conformidade (PNCT): Papel do contador público como agente central na transição fiscal, assegurando dados consistentes para apuração das cotas-partes do IBS.

Gestão de Compras Públicas: Mapeamento do impacto da não-cumulatividade do IBS/CBS sobre custos diretos de licitações e contratações estatais.



“ Reflexão Estratégica

"A Reforma Tributária do Consumo não representa apenas uma mudança nas leis fiscais, mas sim a maior reengenharia da gestão pública e do pacto federativo brasileiro desde a Constituição de 1988."

— Contadora Lucélia da Costa Nogueira
Tashima

Perguntas & Respostas

Muito Obrigada pela
Atenção!

Lucelia da Costa Nogueira Tashima

@lucelia_tashima

luceliatashima@gmail.com